

Universidade Federal de Sergipe
Campus Universitário Professor Alberto Carvalho
Departamento de Química Campus Itabaiana

Ellen Karine da Costa Andrade

**Análise sobre a inserção da educação ambiental em escolas públicas do município
de Itabaiana- Sergipe.**

Itabaiana – Sergipe

2011

Ellen Karine da Costa Andrade

Análise sobre a inserção da educação ambiental em escolas públicas do município de Itabaiana- Sergipe.

Monografia apresentada a coordenação do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Sergipe – Campus Universitário Professor Alberto Carvalho (UFS), como requisito necessário para a obtenção de grau de Licenciada em Química.
Orientação: Prof. Dr. Marcelo Leite dos Santos.

Itabaiana – Sergipe

2011

Ellen Karine da Costa Andrade

Análise sobre a inserção da educação ambiental em escolas públicas do município de Itabaiana- Sergipe.

Monografia apresentada a coordenação do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Sergipe – Campus Universitário Professor Alberto Carvalho (UFS), como requisito necessário para a obtenção de grau de Licenciada em Química.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ana Paula Gerbelin Gervásio

Prof. Dr. Geraldo Humberto Silva

Prof. Dr. Marcelo Leite dos Santos

“Aquele que ensina está sempre a aprender, é cotidianamente agraciado com o convívio reabastecedor dos jovens, é obrigado por dever do ofício a se atualizar, é contaminado pela esperança, é desafiado a ter fé e jamais pode esquecer, pela natural confiabilidade da juventude, que a boa vontade é o estado do espírito mais essencial á transformação do mundo.”

Letícia T. S. Parente, 1991

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por ter me dado forças e saúde para trilhar meu caminho durante esses anos.

Agradeço aos meus pais, Erivaldo e Iranir, por terem ficado ao meu lado em todos os momentos e pelo apoio incondicional em todas as minhas decisões. Sempre me ensinaram em acreditar em meu potencial e nunca duvidar disso. Por isso, dedico aos meus pais todo meu amor e minha gratidão. Amo-os muito.

Além disso, também agradeço aos meus irmãos, Willian e Grayce Elly, meus avós, meus tios, primos, colegas de trabalho. O apoio recebido é gratificante e fortalecedor. Todas as formas de agradecimento possíveis são insuficientes para demonstrar o meu amor às pessoas que estão ao lado.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para minha formação profissional, aos professores: Ana Paula Gervásio, Edson Wartha, Eliana Midori, Heloísa de Mello, Iataanderson, Iramaia Bellin, Geraldo Humberto, Juvenal Carolino, Marcelo Leite, Victor Hugo Sarmiento do Departamento de Química. Aos demais professores: Claudia Parente, Juliano Parente, Ludmila, Marcos Ribeiro, Matheus Alegri e Mônica.

Em especial, agradeço ao professor Victor Hugo, por ter me apoiado em muitos passos que dei durante a minha vida universitária. Não só contribuiu para minha formação profissional bem como no meu desenvolvimento pessoal.

Agradeço ao professor Marcelo Leite pela orientação no meu trabalho. Muito Obrigado!

Agradeço as pessoas que sempre estiveram do meu lado, minhas amigas Gisleine e Givalda. Em todos os acontecimentos nessa fase, estivemos juntas. Sei que posso contar, sempre que precisar.

Por fim, agradeço a técnica em agropecuária e amiga, Andrea Barbosa, pela colaboração e apoio na caracterização da escola, objeto de estudo.

MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Andrade, Ellen Karine da C., Santos, Marcelo L. dos. **Análise sobre a inserção da educação ambiental em escolas públicas do município de Itabaiana- Sergipe.** 2011. Monografia (Graduação em Licenciatura em Química) - Departamento de Química Campus Itabaiana, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil, 2011.

A presente pesquisa busca analisar como a educação ambiental está sendo inserida em uma escola pública localizada no município de Itabaiana/SE, por meio de análise dos planos de ações que contemplam as disciplinas presentes no currículo escolar das séries que correspondem ao terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental. Este estudo expõe como as ações em educação ambiental estão sendo inseridas no currículo escolar; evidencia a fragmentação dos conteúdos, desconsiderando a abordagem transversal com que deveria tratá-los; aborda a inter-relação ser humano-ambiente como uma educação voltada à educação ambiental, mostrando o distanciamento entre o que é proposto pelas políticas educacionais com o que realmente é ensinado. Além de tudo acima, o presente trabalho ainda evidencia a descentralização das temáticas transversais como eixos norteadores para uma aprendizagem significativa. Por fim, sugere-se a construção de planos de ação contextualizados e, considerando a interdisciplinaridade e transversalidade com que se deve tratar os conteúdos.

Palavras- chaves: educação ambiental, políticas públicas, planos de ação.

ABSTRACT

This work aims to analyze as environmental education has been applied at a public school in the city of Itabaiana/SE. These analyses were done based on the schools' plans of action in which are included all subjects from the third to the fourth stage of the basic education. This study also presents as the environmental education actions are related to the school curriculum; the current human-education-environmental relationships; the "naturalism" as parameter to describe the environmental education; and how far are the environmental policies from the reality of schools. Finally, it is proposed a plan of action to teach different school subjects through interdisciplinary and transversal approaches.

Keywords: environmental education, government policy, plans of action.

ÍNDICE

I- APRESENTAÇÃO	10
II- INTRODUÇÃO	11
II. 1- Histórico sobre Educação Ambiental	11
II. 2 – Políticas Públicas sobre Educação Ambiental no Brasil	15
II. 3 - A Educação Ambiental nas Escolas	18
III – JUSTIFICATIVA	20
IV- OBJETIVO	21
V- METODOLOGIA	21
VI- RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
VI. 1- Caracterização da escola pesquisada	21
VI. 2- Análise do PPP da escola	22
VI. 3- Os planos de ação e a educação ambiental	24
VII- CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
VIII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

I- APRESENTAÇÃO

Atualmente, discute-se muito a promoção de ações relacionadas com a educação ambiental nas instituições de ensino, principalmente com a necessidade de atingir o desenvolvimento sustentável das cidades, através da educação formal e não-formal dos cidadãos para mudanças de hábitos, como protagonistas na construção do conhecimento sobre as inter-relações existentes entre os mesmos e o meio ambiente. É importante ressaltar que não será somente a educação formal que trará mudanças quanto aos hábitos e culturas existentes.

É preciso entender que educar ambientalmente os cidadãos é fazer com que os mesmos adquiram responsabilidades quanto seu papel em uma sociedade com qualidades de vida ameaçadas, pois, a educação ambiental é um meio que se perpetua em um campo cuja visão holística deve ser mais bem estudada, para que sua interpretação não seja meramente a de que “é preciso que os seres humanos vivam em harmonia com o meio ambiente e vice-versa”. No entanto, a inexistência do “educar ambientalmente” nesses locais, em quaisquer níveis de ensino, implica na não formação de cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos e deveres, tornando a idéia de sustentabilidade vaga e sem sentido.

O conhecimento e acesso permitem a ampliação e discussão sobre as diversas variáveis ligadas a educação ambiental, como as questões sociais, econômicas, políticas, ambientais e educacionais. Para tanto, reforça-se a idéia de que a educação ambiental seja trabalhada como tema transversal, ou seja, propagando-se por todo o ensino e em diferentes ambientes.

É nesse sentido que iniciamos um estudo sobre como ocorre à inserção da educação ambiental em escolas públicas do município de Itabaiana/SE, sendo escolhida uma instituição de ensino cujo ambiente e público são “distintos” e que oferece ensino do sexto ao nono ano do ensino fundamental. É ela, a Escola Técnica Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, cuja promoção de ensino está voltada também para a formação de alunos com conhecimentos em agropecuária, sendo localizada na zona rural do referido município.

A pesquisa desse trabalho deu-se por meio de um levantamento bibliográfico sobre o histórico da educação ambiental em âmbito global, regional e local. Também foram estudadas políticas públicas em âmbito nacional, estadual e municipal, como a

Política Nacional e Estadual de Educação Ambiental e os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), pois o município de Itabaiana/SE, ainda não instituiu uma política direcionada a educação ambiental. Nestes materiais serão identificadas e analisadas as concepções de educação ambiental e suas propostas de abordagens e inserção na sociedade por meio da educação formal e não-formal. Será realizada também uma consulta ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de ensino escolhida para o presente trabalho.

Todos estes documentos servirão de embasamento teórico para a posterior análise da inserção da educação ambiental nesta escola, através de estudo dos planos de ações dos professores das diferentes disciplinas, já que se trata de um tema transversal, como discutido anteriormente.

II – INTRODUÇÃO

II. 1 – Histórico sobre Educação Ambiental

A educação ambiental surgiu a partir da necessidade de se estabelecer limites à população mundial em relação ao consumismo desenfreado como se vinha tratando os recursos naturais. Nesse momento, observava-se a desordem e a não preocupação com o meio ambiente, em que seres humanos abusavam deliberadamente dos recursos naturais oriundos da natureza para satisfazer seus desejos, sem reconhecer que se não houvesse cuidados com essa retirada contínua haveria um esgotamento de tais recursos. Então, iniciou-se uma crescente preocupação com as questões ambientais, que pode ser observada no trabalho feito pela americana Rachel Carson, apresentada no livro “Silent Spring” (Primavera silenciosa), publicado no ano de 1962, e que viria a se tornar um clássico na história do movimento ambientalista.

Este trabalho desencadeou uma inquietação internacional sobre a perda da qualidade de vida. A autora enfatizou que no mundo estava ocorrendo uma aceleração sem limites e impetuosa em relação a novas situações criadas pelo homem, para acompanhar o “desenvolvimento” ao invés de acompanhar o passo da natureza, ou seja, havia uma crescente retirada de recursos naturais desse meio, sem estabelecer relações entre suas necessidades e o tempo que a natureza leva para restabelecer-se ecologicamente.

Com a publicação deste livro, surgiram diversas discussões sobre as questões ambientais em âmbito global. Ao mesmo tempo em que havia grande busca pelo crescimento ou desenvolvimento econômico dos países, surgia a preocupação de que se não houvesse cuidados no manejo dos recursos naturais, ao invés de somente uma crise econômica passariam a vivenciar uma crise ambiental, que se desencadearia desordenadamente.

Então, iniciaram-se diversas conferências por todo o mundo com o intuito de discutir e estabelecer “padrões” de desenvolvimento que acompanhassem o “passo da natureza”. Além disso, fazia-se necessário que os seres humanos criassem novos hábitos que coincidissem com tais necessidades.

No ano de 1972, foi realizada a I Conferência Internacional sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo. Um dos principais resultados formais gerados durante esse encontro foi a recomendação 96 que trata de educação e meio ambiente. Nesta recomendação discutiu-se a educação ambiental como campo de ação pedagógica de relevância internacional. Acreditava-se que a educação ambiental permitiria alcançar os objetivos de proteção ambiental que se almejava naquele momento.

A partir desse encontro a EA (Educação Ambiental) deixou de se tratar como um ramo da ciência e passou a ser vista como ponto culminante de uma educação integral e permanente. Porém, a EA configurou-se mais como ponto centralizador na identificação dos problemas ambientais pertinentes do que como uma ação para resolvê-los. Outro fruto desse encontro foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) pela ONU.

Ainda em resposta a recomendação 96, elaborada durante a Conferência de Estocolmo, foi realizada em 1975, em Belgrado – Iugoslávia, o Encontro Internacional em Educação Ambiental. Durante esse evento a UNESCO/PNUMA criou o PIEA (Programa Internacional de Educação Ambiental). A partir disso foram formuladas as metas e os princípios norteadores para a EA. O PIEA foi criado com o intuito de promover nos países a reflexão e cooperação internacional sobre esse novo campo de atuação para a resolução das questões ambientais na época.

Em 1977, foi realizada a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi – Geórgia, organizada pela UNESCO com a colaboração do PNUMA. Esse evento foi o principal marco evidenciado após a criação do PIEA, iniciado em 1975. Durante a realização da conferência em Tbilisi definiram-se os

objetivos, as características da EA, assim como as estratégias que deveriam ser promovidas em nível nacional e internacional para as questões ambientais.

A educação ambiental caracterizou-se nesse momento como elemento essencial para uma educação global orientada para a resolução dos problemas ambientais por meio da participação dos cidadãos numa educação formal e não-formal que contribuísse para um bem-estar da sociedade. Levavam-se em conta as relações natureza-sociedade, o que mais tarde desencadearia a vertente socioambiental da EA.

Com a realização da III Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, em Moscou no ano de 1987, percebeu-se que mesmo após dez anos da conferência de Tbilisi, o que havia sido traçado quanto os objetivos e princípios da educação ambiental não havia sido posto em prática. Assim, este evento, que teve participação de cem educadores ambientais vinculados a organizações não-governamentais, reforçou a idéia de que a EA deveria desenvolver valores e princípios nos indivíduos que permitissem a sociedade elaborar propostas para a solução de problemas ambientais. Para isso, fazia-se necessária uma reorientação da política de educação ambiental existente, já que se necessitava implementar esse campo de ação pedagógica nos diferentes níveis de ensino.

Em 1992, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro - Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou ECO-92. Neste encontro de relevância internacional foram produzidos alguns documentos importantíssimos para o reconhecimento da educação ambiental como ação de caráter crítica e emancipatória. Assim, entendia-se o educar ambientalmente como instrumento de transformação social para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis em que os cidadãos estão comprometidos com a gestão ambiental e são responsáveis pelo bem-estar da população mundial, através de ações participativas na resolução de problemas ambientais em âmbito local e regional.

Um dos documentos mais importantes produzidos no decorrer da RIO-92 foi o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Importante destacar que se trata de um documento de relevância internacional, que reforça os princípios, objetivos, estratégias de ações, através do qual os países deveriam criar suas políticas de educação ambiental em âmbito nacional, estabelecidos anteriormente durante a conferência de Tbilisi. Segundo os princípios deste tratado, a educação ambiental é um direito de todos os cidadãos, devendo ser propagado por todos

os níveis de ensino e atingir todas as faixas etárias, com o intuito de desenvolver nos indivíduos um pensamento crítico e inovador em um ambiente em que as relações entre seres humanos, natureza e o planeta sejam trabalhadas de forma interdisciplinar, e para que todas as formas de conhecimento sejam valorizadas.

Ainda em relação a Rio-92, foi proposta a elaboração de um documento, denominado Agenda 21, que determinasse estratégias de ação local e que contribuísse para o desenvolvimento sustentável dos países em nível global, sendo que essas ações deveriam ser promovidas por meio de uma participação conjunta entre setores da administração pública, sociedade civil, instituições de ensino e organizações não-governamentais. A agenda 21 compreende programas, ações políticas e educativas que visam a proteção do meio ambiente, através da transformação de valores e atitudes da sociedade.

Em cumprimento às recomendações da Agenda 21 e aos preceitos constitucionais, é aprovado no Brasil o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), que prevê ações nos âmbitos de Educação Ambiental formal e não-formal.

II. 2 – Políticas Públicas sobre Educação Ambiental no Brasil

Em meados da década de 70, a educação ambiental tornava-se campo de discussões no cenário político brasileiro, devido às pressões internacionais para o estabelecimento de estratégias e ações educativas no âmbito nacional para a conscientização da população sobre os riscos de um grave desequilíbrio ecológico. Então, necessitava-se que os cidadãos desenvolvessem valores e atitudes quanto à preservação do meio ambiente, a partir do respeito do mesmo com meio ambiente e qualquer forma de vida existente. Isso só seria possível através da educação, assim, nasciam no Brasil, diretrizes pedagógicas que impulsionavam as práticas educativas para um novo olhar da realidade com foco na educação ambiental dos cidadãos.

Inicialmente instituiu-se a SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente), em 1973. Criada com o intuito de elaborar documentos que estabelecessem metas e planos de ações em relação à educação ambiental, objetivando a conservação e melhoria do meio ambiente.

O segundo passo para a institucionalização da educação ambiental como ação pública foi em 1981, com a política nacional de meio ambiente que considerou a necessidade de inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive na educação da comunidade para que a sociedade participasse ativamente na defesa do meio ambiente. A educação ambiental ainda era vista como campo de ação para a preservação e conservação dos recursos naturais. No ano de 1987, o MEC, ainda antigo Conselho Federal de Educação, aprova o parecer nº 226/87 que prevê a inclusão da educação ambiental nos currículos escolares de primeiro e segundo graus.

Para reforçar a necessidade de ações educativas que trabalhem o entendimento das inter-relações existentes entre os seres humanos e o meio em que vivem, a constituição brasileira de 1988 descreve no seu art. 225, capítulo VI destinado ao Meio ambiente e no Inciso VI, a necessidade de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Somente a partir dos anos 90 a educação ambiental é impulsionada no contexto brasileiro, através de uma ação conjunta entre o diretório de educação ambiental (DEA/MMA), a coordenação geral de educação ambiental (COEA/MEC) e o IBAMA. Instâncias criadas para operacionalizarem e potencializarem as ações em educação ambiental. O IBAMA, por exemplo, cria núcleos de educação ambiental nos estados, para que juntamente com o poder público local e as instituições de ensino atraiam a atenção da sociedade para a defesa do meio ambiente.

Após dois anos de discussões, em 1997, foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Os PCN constituem-se como subsídio para apoiar as escolas na elaboração do seu projeto educativo, inserindo metodologias de caráter inter, trans e multidisciplinar, para o desenvolvimento de atitudes e valores caracterizados como socioambientais. Assim, estabeleceu-se a necessidade de incluir nos PCN temas sociais, de abrangência nacional, denominados temas transversais, como: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo. A seleção dos conteúdos, por parte dos educadores, deve considerar a necessidade de serem trabalhados de forma integrada as outras áreas do conhecimento. Considerando a interdisciplinaridade e transversalidade. Efetivando uma proposta articuladora para a formação do cidadão crítico e participativo no processo de aprendizagem.

Outro marco importante para a consolidação da educação ambiental como prática educativa foi a criação da política nacional de educação ambiental (PNEA), instituída pela lei nº 9.795/99 e regulamentada pelo decreto nº 4.281/2002. (PNEA–lei 9795/99), que em seu artigo primeiro define a educação ambiental como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A PNEA ainda enfatiza a questão da interdisciplinaridade metodológica e epistemológica da educação ambiental como “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (art. 2º), reforçando a responsabilidade coletiva da sua implementação, seus princípios básicos, objetivos e estratégias. Esta lei fornece um roteiro para a prática da educação ambiental e na sua regulamentação (Decreto 4281/02) indica o Ministério do Desporto e Educação (MEC) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como órgãos gestores dessa política.

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental foi criada, no Ministério da Educação, a Coordenação Geral de Educação Ambiental, e no Ministério do Meio Ambiente, a Diretoria de Educação Ambiental, como instâncias de execução da PNEA. Assim, a educação ambiental insere-se nas políticas públicas no contexto brasileiro de ambas as formas, ou seja, ao ser incrementada nas atribuições do MEC pode ser entendida como uma estratégia de incremento da educação pública, e no MMA relaciona-se ao aspecto ambiental incorporado a esta temática.

Um dos documentos mais importante, caracterizado por sua relevância internacional, foi o tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global produzido durante o RIO-92. Documento que serviu de embasamento teórico para a construção do programa nacional de educação ambiental (ProNEA). Este tratado apresenta as diretrizes e os princípios que orientam o ProNEA, bem como a delimitação de seus objetivos, suas linhas de ação e sua estrutura organizacional, o que evidencia que as propostas iniciais para políticas educacionais que inserem a educação ambiental como temática nos currículos escolares brasileiros foram formuladas com base em orientações internacionais, sem levar em consideração as realidades regionais e locais. O programa nacional de educação ambiental almeja

contribuir para o enraizamento de uma cultura de respeito e valorização da diversidade e da identidade (BRASIL, 2003). Este programa foi instituído para a elaboração de programas direcionados à educação ambiental, por meio de ações conjuntas com as esferas estaduais e municipais, de caráter público ou privado, além das organizações não-governamentais, a fim de planejar, executar e divulgar atividades que potencializem a importância de educação ambiental em toda a sociedade.

Em consonância com a institucionalização de políticas em âmbito nacional, referentes à educação ambiental, ficou estabelecido que tanto os órgãos estaduais quanto os municipais deveriam criar políticas públicas que traçassem ações voltadas para a educação ambiental da população. Assim, foi instituída em oito de abril de 2010, a Lei nº 6.882 que dispõe sobre a política estadual de educação ambiental do estado de Sergipe. Em seu art. 10º é discutida a educação ambiental formal, que se entende como aquela desenvolvida “no âmbito dos currículos das instituições de ensino público e privado, englobando todos os níveis e modalidades do ensino formal, desenvolvida interdisciplinarmente, como uma prática educativa integrada, contínua e permanente”. São órgãos gestores desta política a Secretaria de estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) e a Secretaria de Estado da Educação (SEED).

Para que a atuação do poder público no campo da educação ambiental possa ocorrer de modo articulado, tanto entre as iniciativas existentes no âmbito educativo, como entre as ações voltadas a proteção e melhoria socioambiental, faz-se necessário que a sociedade incorpore o caráter crítico, participativo e interpretativo em relação às questões sócio-ambientais vigentes. Nesse sentido, a educação exerce papel fundamental, pois é no convívio escolar que os indivíduos desenvolvem essas habilidades, partindo de uma aprendizagem significativa integrada a educação ambiental.

II. 3- Educação Ambiental nas Escolas

É necessária a promoção de uma educação ambiental que envolva educadores, educandos e cidadãos num processo participativo, onde deverão assumir seu papel dentro da sociedade como agente transformador e formador de opiniões, trabalhando juntos na busca de soluções para os problemas ambientais existentes. A escola, por ser o local onde os alunos participam e colaboram para o seu processo de socialização, é o

local propício para o desenvolvimento dessas atividades educativas que objetivam a conscientização, preservação e defesa da natureza, oferecendo aos alunos a compreensão dos fenômenos naturais e as conseqüências das ações humanas para consigo e para o meio onde vivem.

O educar ambientalmente os cidadãos não é somente ensiná-los como devem cuidar da natureza, mas entender que os fatores que cercam as questões ambientais decorrem de processos históricos e culturais.

As propostas iniciais para a educação ambiental partiram do pressuposto que os sujeitos transformadores deviam cuidar das áreas verdes e a educação ambiental caracterizava-se apenas pelo aspecto ecológico.

Com o passar dos tempos, a educação ambiental apontou para o entendimento dos aspectos sócio-ambientais relacionados com as questões ambientais. Atentava-se para uma educação ambiental integrada à educação formal dos indivíduos e não apenas voltada para o meio ambiente. A falta de percepção da EA como processo educativo produziu uma prática descontextualizada, voltada para solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e princípios teóricos básicos da educação (LOUREIRO, 2006). O maior desafio da educação ambiental está em internalizar nos espaços institucionais estruturantes do campo educativo a formação de uma sensibilidade e de uma leitura crítica dos problemas ambientais (FURTADO, 2009).

Com a temática ambiental permeando todas as disciplinas do currículo escolar e sua contextualização com a realidade da comunidade, a escola ajudará o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão integral do mundo em que vive. Para isso, a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares. Nesse contexto, a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação de professores e educandos.

Nesse processo, a Educação Ambiental vem adquirindo uma grande importância no mundo, sendo hoje pertinente que os currículos escolares busquem desenvolver práticas pedagógicas ambientalizadas. Como perspectiva educativa, a Educação Ambiental deve estar presente no currículo de todas as disciplinas, uma vez que permite

a análise de temas que enfocam as relações entre a humanidade, o meio natural e as relações sociais.

Considerando que a Educação Ambiental tem por objetivo a busca do conhecimento integrado de todas as áreas para a solução dos problemas ambientais, a fragmentação do conhecimento perde o sentido. Portanto, a EA tem sido identificada como trans-disciplinar, isto é, transpassa todas as disciplinas, já que ela sustenta todas as atividades e impulsiona os aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais dos seres humanos. Porém, a construção de um currículo deve levar em conta o indivíduo, a sua sociedade e a sua história de forma a criar uma situação de um compromisso que possa gerar a transformação.

III – JUSTIFICATIVA

O presente trabalho busca analisar a inserção da educação ambiental em escolas públicas do município de Itabaiana/SE, por meio de estudo dos planos de ações de professores que lecionam do sexto ao nono ano do ensino fundamental. Tendo como pressupostos teóricos as políticas públicas que discutem sobre a questão da educação ambiental durante a educação formal e não-formal.

Para tal, faz-se necessário entender a existência de correlações entre o que tais professores trabalham com o que é proposto, por exemplo, os PCN que incluem a educação ambiental como um tema transversal que deve estar presente em todas as disciplinas e que as mesmas não sejam expostas de forma fragmentada, mas que se espalhem por todo o ensino.

A identificação de como são estabelecidas conexões com a educação ambiental durante o processo de ensino-aprendizagem nas escolas é de suma importância, pois irá auxiliar os próprios educadores, através desta análise, em como os mesmos vêm conduzindo o seu trabalho, e para saber se as formas de promoção da educação ambiental destes profissionais estão de acordo com as políticas públicas que discutem a inserção deste tema transversal na educação formal e não-formal.

IV – OBJETIVO

Analisar como ocorre a inserção da educação ambiental em uma escola pública localizada no município de Itabaiana/SE, a Escola Técnica Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, através de análise dos planos de ações propostos pelos professores, que lecionam do sexto ao nono ano do ensino fundamental, nesta respectiva instituição.

V – METODOLOGIA

A presente pesquisa busca analisar os planos de ações elaborados por professores que lecionam, do sexto ao nono ano do ensino fundamental, em uma escola pública localizada no município de Itabaiana/SE. Para a análise desses documentos foi feito um levantamento bibliográfico de políticas públicas que discutem a inserção da educação ambiental nos currículos escolares. Sendo que estas políticas públicas serviram apenas de embasamento teórico para o entendimento de que metas e propostas metodológicas orientam a incorporação dessa temática no ambiente escolar.

Para a análise e interpretação dos planos de ação foi coletado o projeto político pedagógico da escola, objeto de estudo. Nessa etapa, buscou-se responder aos seguintes questionamentos: Está a EA inserida nos conteúdos das diferentes áreas do conhecimento? De que modo a EA está inserida nos conteúdos curriculares? A metodologia utilizada pelos professores reflete em práticas pedagógicas interdisciplinares e em uma abordagem transversal? Assim, a presente pesquisa almeja compreender o modo como a EA vem sendo incorporada nos currículos escolares das escolas públicas municipais do município de Itabaiana/SE.

VI – RESULTADOS E DISCUSSÕES

VI. 1- Caracterização da escola pesquisada

A Escola Técnica Agrícola “Prefeito João Alves dos Santos” está situada na comunidade rural denominada Roncador, situada no município de Itabaiana/SE. Essa instituição escolar foi fundada em 15-12-1996, com o intuito de oferecer um ensino diferenciado e integral na respectiva cidade. Esta unidade de ensino oferece um ensino

voltado para a agropecuária, contemplando em seu currículo escolar, além das disciplinas “comuns”, as disciplinas que desenvolvem atividades voltadas as práticas agrícolas, industriais, comerciais e zootécnicas.

Todas essas atividades são desenvolvidas por alunos e professores regentes das respectivas disciplinas. Nas aulas de técnicas agrícolas desenvolve-se plantio de mudas em bandejas, escolha de local para implantação de hortas orgânicas, plantio de hortaliças, as quais em seu período de colheita são direcionadas ao refeitório da instituição, bem como distribuídas aos alunos para que os mesmos possam levar para suas residências, técnicas em jardinagem, reflorestamento, cuidado com meio ambiente, entre outras atividades na área agrícola.



Figura 01: Plantio de mudas em bandejas pelos alunos



Figura 02: Horta orgânica

Nas aulas de técnicas em zootecnia, desenvolve-se desde a criação e procriação a cuidados fitossanitário em animais de pequeno porte (aves), médio porte (suínos) e grande porte (bovinos). Em técnicas industriais desenvolvem-se atividades de industrialização e conservação de produtos de origens animal e vegetal. Já em técnicas comerciais, desenvolvem-se atividades básicas em administração e contabilidade rural, operação bancária entre outras.

A Escola Técnica Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, além de oferecer o ensino fundamental regular, proporciona aos alunos noções básicas em agropecuária. O ensino proposto é de suma importância, uma vez que os alunos dessa instituição escolar residem na cidade de Itabaiana que é bastante reconhecida pelas diversas atividades agropecuárias, tornando-a um grande centro nesse ramo.

VI. 2- Análise do Projeto político Pedagógico da Escola

O objetivo deste trabalho é analisar somente os planos de ação propostos pelos professores e estes se encontram descritos no projeto político pedagógico (PPP). O PPP é um documento que reúne as ações e propostas educativas de uma escola, além disso, contém os objetivos e as metas a ser cumpridas a curto, médio e longo prazo tanto pela administração escolar, bem como pela equipe de professores e demais funcionários. Então, podemos dizer que o PPP é a identidade pedagógica pois reflete as propostas educativas e com isso o perfil dos educadores.

A elaboração do projeto político pedagógico possibilita o delineamento dos objetivos e ações pedagógicas e administrativas da escola em relação ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos, levando em consideração que a educação é o conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos e nas relações ativas com o meio natural e social (LOUREIRO, 2009).

O Projeto Político Pedagógico da escola em estudo traz “a necessidade de construção de uma proposta pedagógica embasada no planejamento coletivo, contrapondo-se ao modelo gerador de desigualdades e exclusão social presentes nas políticas educacionais”. Isso evidencia que há o interesse em internalizar ações cujas propostas sejam fruto de uma ação integrada entre os professores. Porém, é sabido que

muitos entraves se dão pela dificuldade de articulação com os próprios colegas de profissão, existe ainda um grande desinteresse dos alunos a uma proposta inovadora.

A importância de práticas pedagógicas significativas que levem em consideração o conhecimento prévio do aluno, bem como das questões cotidianas de sua vivência, é essencial para o desenvolvimento de atitudes e valores que impulsionem para uma atuação participativa sobre as questões sócio-ambientais. Desse modo, os conteúdos escolares adotados pelos professores devem explorar a interdisciplinaridade e transversalidade, sendo apresentados de forma contextualizada.

A análise do projeto político pedagógico (PPP) revelou que a concepção de educação é concebida como uma prática social, não podendo restringi-se apenas por bases teóricas. Leva-se em consideração o compromisso da educação com o desenvolvimento de atitudes e valores que tornem os educados sujeitos críticos e assumam uma postura participativa com a realidade local e com o mundo em que vivem. As propostas educativas relacionadas com a educação ambiental devem almejar a compreensão da realidade social com o meio ambiente, com os direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva (TEIXEIRA, 2010).

Ao analisar o PPP, observa-se que mesmo este documento, sendo descrito em consonância com os princípios e fundamentações estabelecidos nos PCN, ainda apresenta idéias contidas num modelo de educação tradicional, já que na apresentação do planejamento das atividades educativas que envolvem as disciplinas do currículo escolar, estabelecem-se datas comemorativas e mostras de conhecimento como temáticas que serão desenvolvidas no decorrer do processo de ensino dos alunos. Tudo isso mostra que ainda existem lacunas entre o que se quer ensinar com o que realmente é ensinado.

- Olimpíada brasileira de matemática;
- Olimpíada brasileira da língua portuguesa;
- Educomunicação;
- Proinfo;
- Novo acordo ortográfico;
- SMTT;
- Educação ambiental;
- Prova Brasil;
- Amostra de conhecimentos;
- Datas comemorativas;
- Calendário.

Figura 03: Descrição de temáticas apresentadas no item apresentação do PPP.

VI. 3- Os planos de ações e a educação ambiental

Foi realizada uma análise interpretativa dos dados descritos nos planos de ações elaborados pelos professores que lecionam na instituição escolar avaliada, para entender como a educação ambiental é inserida no currículo escolar da respectiva escola. É importante destacar que o quadro docente da escola é de 08 professores, sendo distribuído da seguinte forma: português, redação e inglês (1); matemática e religião (1); história e sociedade e cultura (1); geografia (1); ciências e artes (1); educação física (1); práticas agrícolas e industriais (1); e práticas zootécnicas e comerciais (1). Além disso, muitos desses professores lecionam em outras escolas com o intuito de completar sua carga horária de trabalho. O próprio “correr contra o tempo” e pressões advindas dos superiores influenciam no desenvolvimento de um bom trabalho.

Com a análise dos planos de ações para cada série, pode-se observar que os conteúdos referentes às disciplinas estão distribuídos de forma fragmentada, como mostrado na figura 04. Não considerando assim a característica emancipatória atrelada à idéia essencial de educação ambiental que deve estar presente em todos os níveis de ensino.

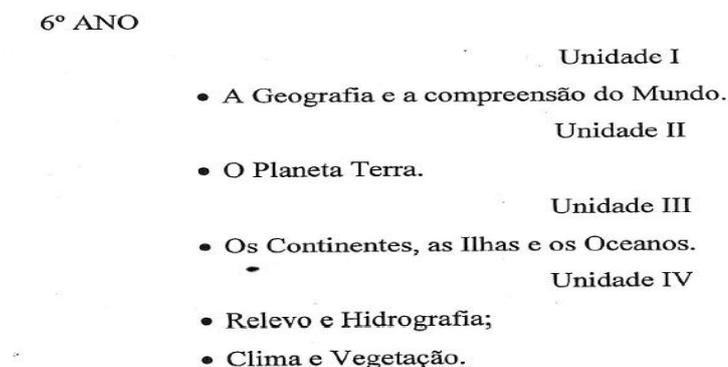


Figura 04: Conteúdos para a disciplina de geografia para o sexto ano do ensino fundamental.

Nos PCN (1988), é destacado que a eleição de conteúdos “ao incluir questões que possibilitem a compreensão e a crítica a realidade, oferece aos alunos a oportunidade de se apropriarem deles como instrumentos para refletir e mudar sua própria vida”. Considera ainda que a organização e as propostas de atividades educativas ao serem

adotadas devem favorecer o “desenvolvimento da autonomia e o aprendizado da cooperação e da participação social, fundamentais para que os alunos se percebam como cidadãos”. No entanto, percebe-se que a proposta escolar avaliada traz na estrutura curricular apenas conteúdos abstratos referentes às disciplinas “comuns”, não correlacionando-os com temáticas sociais como é proposto naquele documento.

É necessário que tais conteúdos incluam questões sócio-ambientais e sejam trabalhados de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada, não apresentadas como áreas ou disciplinas (ProNEA, 1999; PEEA, 2010). Tais documentos ainda consideram que as ações educativas devem levar em conta a concepção de meio ambiente como um todo, “considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade e da melhoria da qualidade de vida”.

Os planos de ação são descritos apresentando inicialmente os objetivos da disciplina, em seguida os conteúdos contemplados nas disciplinas oferecidos do sexto ao nono ano do ensino fundamental, e em seguida são descritos conteúdos complementares. Desse modo, pode-se observar que temáticas transversais, como educação ambiental, são descritas como conteúdos complementares, contrapondo-se ao sentido real de transversalidade, já que não considera que as temáticas precisam ser trabalhadas interdisciplinarmente, permeando todo o ensino. Essas temáticas não devem ser consideradas disciplinas e sim eixos que proporcionem a contextualização do ensino com a realidade na qual os indivíduos estão inseridos.

No entanto, as ações relacionadas à educação ambiental são destacadas apenas na disciplina Geografia, como mostrada na figura a seguir, que destaca conteúdos complementares para geografia.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES.

- **Educação Ambiental:** Modificar atitudes e práticas sociais na busca pela preservação do meio ambiente; Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente.

Figura 05: Plano de ação apresenta educação ambiental como conteúdo complementar para a disciplina em geografia.

A educação ambiental recebe apenas o caráter naturalista de preservação da natureza ou de sensibilização para problemas ambientais. Em nenhum momento as discussões aproximam-se ou abordam questões sociais, políticas, econômicas ou culturais que se associam à temática ambiental.

O enfoque identificado na proposta disciplinar de geografia considera que as ações educativas relacionadas à temática ambiental permitem a “mudança de atitudes na busca pela preservação do meio ambiente”. Mas não traça estratégias para uma educação ambiental relacionada com a dimensão sócio-econômica, política, cultural e histórica atribuídas às questões ambientais, ou seja, considerando o meio ambiente como um todo.

VII- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a questão da inserção da educação ambiental seja bastante discutida, e mesmo sendo este tema de profunda relevância para a educação dos cidadãos como agentes transformadores de uma realidade cujo contexto sócio-cultural ainda está associado a um desenvolvimento econômico capitalista que se relaciona a um consumo desenfreado de recursos naturais, uma real conscientização a cerca da educação ambiental assume papel essencial no processo de educação dos indivíduos, pois contribui decisivamente para uma nova cultura e postura social atribuída a resolução das questões ambientais.

Em algumas escolas, como a utilizada como objeto de estudo para esta pesquisa, o tema educação ambiental ainda é tratado como secundário, como ocorre com os demais temas transversais, o que não lhe confere relevância e obrigatoriedade para uma sistematização que possa realmente promover uma mudança de comportamento para a preservação ambiental internalizada pelas atitudes nas pessoas e principalmente nos educandos. Geralmente, os planejamentos elaborados no âmbito escolar não contemplam o tema educação ambiental no seu projeto político pedagógico, mesmo utilizando os parâmetros curriculares nacionais e outras políticas educacionais na formulação dos seus planos de ensino. Os projetos político-pedagógicos restringem a temática ambiental à disciplina, como Geografia, deteriorando a contextualização dos problemas ambientais, pois mesmo atribuindo este tema nos planos de ação das respectivas disciplinas, apresenta-o ainda de forma fragmentada.

A escola ainda se encontra num processo de transição para o consentimento de uma política educacional incorporada as questões sociais. Os aspectos históricos que contribuíram para uma implantação tardia da educação ambiental como política educacional, pode influenciar em uma não-aceitação para a incorporação de temas transversais nos currículos escolares. Além disso, percebe-se claramente que tais políticas trazem em seus princípios e fundamentações metodológicas propostas internacionalizadas, descentralizando os espaços regional e local.

VIII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] BONAMINO, Alicia; MARTÍNEZ, Silvia Alícia. **Diretrizes e parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: A participação das instâncias políticas do estado.** Educ. Soc. Campinas, vol. 23, n. 80, p. 368- 385, setembro, 2002.
- [2] DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas.** 6ª Ed. Ver. E ampl. pelo autor. São Paulo: Gaia, 2000.
- [3] DOURADO, Camila da S.; MOREIRA, Gabriel C. M.; OLIVEIRA, Maria Elisa F.; CARVALHO, Mary Janne dos S.; LINS, Leila C. R.; OLIVEIRA, Tamilles S.; MOREIRA, Rita de Cássia C. **A importância da difusão da educação ambiental no ensino público.** Ver. Bras. De Agroecologia, vol. 4, nº 2, novembro, 2009.
- [4] EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental Nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios.** Monografia. Curso de Especialização: Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Marechal Cândido Rondon, 2007.
- [5] FURTADO, Janini D. **Os caminhos da Educação Ambiental nos espaços formais de ensino-aprendizagem: Qual o papel da política nacional de educação ambiental?** Ver. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient, v. 22, ISSN 1517- 1256, janeiro a julho, 2009.
- [6] GODOY, Ana; AVELINO, Nildo. **Educação, meio ambiente e cultura: alquimias do conhecimento na sociedade de controle.** Educ. rev. [online], vol.25, n.3, pp. 327-351. ISSN 0102-4698, 2009.
- [7] GONZALEZ-GAUDIANO, Edgar; LORENZETTI, Leonir. **Investigação em Educação Ambiental na América Latina: mapeando tendências.** Educ. rev. [online], vol.25, n.3, pp. 191-211. ISSN 0102-4698, 2009.

- [8] JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de pesquisa, n. 118, p. 189- 205, março, 2003.
- [9] KAWASAKI, Clarice S.; CARVALHO, Luiz Marcelo de. **Tendências da pesquisa em Educação Ambiental**. Educ. rev. [online], vol.25, n.3, pp. 143-157. ISSN 0102-4698, 2009.
- [10] LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- [11] LOUREIRO, Denise G. **Educação ambiental: Um estudo da prática pedagógica em uma escola municipal de Palmas- TO**. Monografia. Programa de Pós- Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2009.
- [12] MATTOS, Suzi de. **A educação ambiental na escola: Teoria x prática sob o ponto de vista interdisciplinar**. II Fórum Ambiental da Alta Paulista. ISSN 1980-0827.
- [13] MACHADO, Júlia T. **Um estudo diagnóstico da educação ambiental nas escolas do ensino fundamental do município de Piracicaba- São Paulo**. IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília- Brasil, junho, 2008.
- [14] MEDINA, Naná M. **Educação Ambiental: Uma metodologia participativa de formação**. 4ª Ed. Petrópolis- Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- [15] MELLO, Soraia S. de.; TRAJBER, Rachel. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, Brasília, 2007.
- [16] MENDES, Regina; VAZ, Arnaldo. **Educação Ambiental no ensino formal: narrativas de professores sobre suas experiências e perspectivas**. *Educ. rev.* [online], vol.25, n.3, pp. 395-411. ISSN 0102-4698, 2009.
- [17] MIRANDA, Fábio dos S.; MIRANDA, Adilson dos S.; GIOTTO, Ani Cátia. **Educação ambiental no Brasil: Conservadora ou transformadora?** Oficina "Educação Ambiental na Gestão e políticas públicas", VI Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental.
- [18] **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente**. Brasília: MEC/SEF, p. 167- 242.

- [19] **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto ciclos: Apresentação dos temas transversais.** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 436 p., 1998.
- [20] **Política Estadual de Educação Ambiental- PEEA,** Lei nº 6.882 de 08 de abril de 2010.
- [21] **Política Nacional de Educação Ambiental- PNEA,** Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.
- [22] **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA,** documento em consulta nacional, novembro, 2003.
- [23] RUSCHEINSKY, Aloísio. **Educação Ambiental: Abordagens múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- [24] SAMPAIO, Shaula Maíra V. de; GUIMARAES, Leandro B. **Educação Ambiental: tecendo trilhas, escriturando territórios.** Educ. rev. [online], vol.25, n.3, pp. 353-368. ISSN 0102-4698, 2009.
- [25] SILVA, Flávio José R. da.; ABÍLIO, Francisco José P. **Por uma educação ambiental crítica ao atual modelo de desenvolvimento.** REDE- Revista Eletrônica do Prodema, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 41- 52, ISSN 1982- 5528, março, 2011.
- [26] TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia R. **O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?** Coleção Educação para Todos, Edições MEC/UNESCO, Brasília, dezembro, 2006.
- [27] VEIGA, Alinne; AMORIM, Érica; BLANCO, Mauricio. **Um retrato da presença da educação ambiental no ensino fundamental brasileiro: O percurso de um processo acelerado de expansão.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.